

CD
16/11/95 p. 15
437

Terras indígenas terão nova demarcação

Ronaldo Brasiense
Da equipe do Correio

O governo brasileiro já decidiu alterar o decreto 22/91, que definiu os critérios de demarcação de reservas indígenas no País.

A má notícia para os mais de 170 povos indígenas do Brasil foi dada pelo próprio presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Yuugi Makiuchi

nai), Márcio Santilli, em reunião na semana passada com representantes de entidades indigenistas.

A proposta defendida pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, estabelece em lei o princípio jurídico do contraditório, que possibilita aos proprietários de terras pertencentes historicamente aos índios questionar as demarcações.

E o pior: Márcio Santilli, que deixou a direção da organização não governamental Instituto Sócio-Ambiental para suceder o sertanista Dinarte Madeiro na presidência da Funai, anunciou que o contraditório terá efeito retroativo.

Mobilização — Isso quer dizer que o governo abre espaço para que até mesmo reservas indígenas

já demarcadas — mas não registradas em cartório ou no Serviço do Patrimônio da União (SPU) — possam ser questionadas.

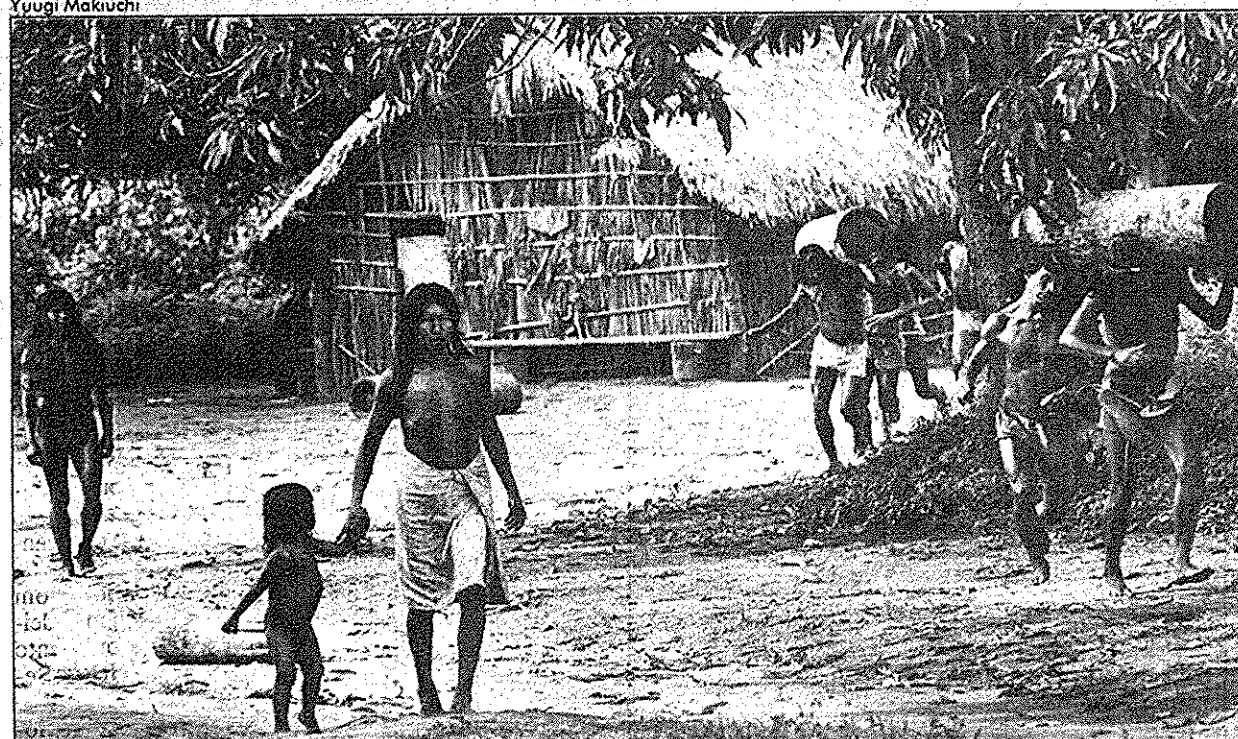
A mobilização nacional e internacional contra as mudanças no decreto-22/91 — que incluiu o envio de milhares de cartas ao Ministério da Justiça e à Presidência da República — não surtiu efeito.

Os líderes indígenas acusam o Ministério da Justiça de atender, com as mudanças, os interesses dos invasores e exploradores de terras indígenas.

Crimes — “O Copaib alerta para o acirramento da violência por disputa de terras indígenas e responsabiliza o governo federal pelos crimes que poderão acontecer

com a edição do novo decreto”, afirma Juvino Sales, do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capiob).

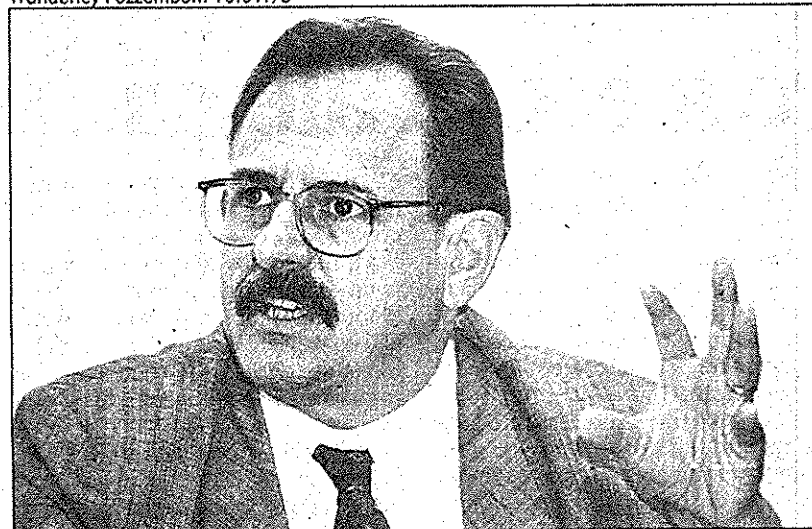
Para as entidades indigenistas, o governo terá que pagar o ônus desses prováveis conflitos e ficará devendo explicações à sociedade nacional e internacional.



Índios sob ameaça: a mudança que o governo quer fazer terá efeito retroativo até para as reservas já demarcadas

Jobim contestou decreto em 1991

Wonderley Pozzembom 10.01.95



Jobim, antes de se tornar ministro, entrou com ação no STF e perdeu

Como advogado, o hoje ministro da Justiça, Nelson Jobim, questionou a constitucionalidade do decreto 22/91 no Supremo Tribunal Federal (STF), em ação pedida pelo ex-governador do Pará, Jader Barbalho, atual líder do PMDB no Senado.

Barbalho ficou contrariado com a demarcação da reserva indígena Menkragnoti, no sul do Pará, com 4,9 milhões de hectares — para os índios caciapó.

A área, rica em madeira nobre, como mogno, foi apadrinhada pelo roqueiro inglês Sting.

A hoje extinta Fundação Mata Virgem, fundada por Sting e pelo cacique Raoni, investiu US\$ 1,2 milhão na demarcação da reserva, pagando para a Funai contratar empresas para efetuar a demarcação da área.

Supremo — A ação patrocinada pelo escritório de advocacia de Nelson Jobim foi derrotada no Supremo, que não encontrou inconstitucionalidade no decreto 22/91.

A reserva indígena Menkragnoti, porém, estará a salvo das mudanças patrocinadas pelo Ministério da Justiça, com aprovação da Funai.

A revogação do decreto 22 não implicará em alterações nas reservas indígenas já demarcadas, homologadas e registradas no Serviço do Patrimônio da União.

As mudanças no decreto 22 também não atingirão a reserva indígena ianomâmi, com 9,4 milhões de hectares, nos estados de Roraima e Amazonas, cobijada por mineradoras e garimpeiros, apoiados pela maioria dos caciques políticos do estado. (RB)

Reserva dos macuxi é alvo

Um dos principais alvos dos idealizadores das mudanças no decreto 22/91 é a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no norte de Roraima, com 1,6 milhão de hectares, habitada por milhares de índios macuxi, wapi-xana e ingaricó.

Estado com menor população do país (menos de 300 mil habitantes) e com maior percentual de índios proporcionalmente à população, Roraima pode ficar com mais de 50% de seu território nas mãos de índios.

A área Raposa/Serra do Sol, com uma população de 10 mil indígenas, vem sendo questionada por fazendeiros assentados na região.

O governador de Roraima, Neudo Campos (PTB) e seus antecessores Ottomar de Souza Pinto (PTB) e Romero Jucá, senador pelo PPB, lutam contra a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol.

O governo do estado, que perdeu grande parte de seu território com a criação da gigantesca reserva ianomâmi (9,4 milhões de hectares) planeja construir uma hidrelétrica na terra dos macuxi, em Cotingo.

Os macuxi, que são maioria na área, fazem campanha internacional, com suas lideranças denunciando a “trama” do governo federal em fóruns na Europa e Estados Unidos. (RB)